

PROCESSO Nº: 3 / 2023

Processo: 3 / 2023

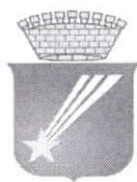
Data de entrada: 16 de Fevereiro de 2023

Autor: Chefe do Executivo

Ementa: VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei n.º 110/2019, de autoria do Vereador Kleber Fernandes, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de Transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas[...]"

Despacho Inicial:

NORMA JURIDICA



PREFEITURA DO NATAL

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO
DE 17 DE 01 DE 23

MENSAGEM Nº. 003/2023

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

Palácio Pedro Miguelinho
Gabinete da Presidência

Recebido em, 15 / 02 / 23

Hora: 14:00

Leonardo Sharma Nepomuceno
Procurador Legislativo
Matrícula: 5397472

A Sua Excelência o Senhor

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Presidente da Câmara Municipal de Natal

CMN - PROCESSO
Nº 3 / 2023
FOLHA: 02 PRC

Em 16 de Janeiro de 2023.

Senhor Presidente,

RECEBIDO

Em, 17 / 02 / 23

Prinista
às 11:40 hrs.

AO SETOR LEGISLATIVO

Em, 17 / 02 / 2023

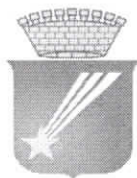
Simão Júnior

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o **Projeto de Lei n.º 110/2019**, de autoria do Vereador Kleber Fernandes, aprovado na sessão plenária realizada no dia **20 de dezembro de 2022** e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de **27 de dezembro de 2022**, em que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de Transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN”, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º e 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município, na forma das **RAZÕES DE VETO INTEGRAL**, adiante explicitadas.

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO

Rua Ulisses Caldas nº. 81. Cidade Alta. Natal/RN. CEP 59.025-090.

Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>



RAZÕES DE VETO INTEGRAL

Consoante o disposto no Projeto de Lei apresentado, pretende o Poder Legislativo Municipal impor ao Poder Executivo Municipal a obrigação de criar mecanismos de transferência de pontos de programas de milhagens, adquiridos por servidores públicos municipais, por intermédio de passagens aéreas pagas com recursos do orçamento público municipal, para atletas que participarão de competições esportivas fora do estado do Rio Grande do Norte, bem como a transferência desses pontos, adquiridos com recursos próprios pelo público em geral, igualmente destinados aos atletas que participarão de competições esportivas fora do estado do Rio Grande do Norte. (art. 1º).

Estabelece que caberá à Secretaria Municipal de Esportes, estabelecer através de portaria publicada em diário oficial, os critérios para concessão dos pontos de milhagens aéreas aos atletas que desejem ser beneficiados por esta lei (art. 2º) e, ainda, que referida Secretaria deverá ser informada sempre que seja feita emissão de passagens por qualquer órgão municipal, a fim de criar um “banco de milhas” e ter o efetivo controle dos seus quantitativos (art. 3º).

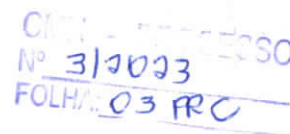
Prevê, ainda, que os atletas interessados em ser beneficiados pela Lei, deverão atender aos critérios e prazos estabelecidos pela Secretaria de Esportes conforme portaria e regulamentos por ela criados (art. 4º), bem como que o benefício concedido pela Lei também se aplica aos treinados, que deverão obedecer a todos os critérios estabelecidos pela norma de regulamentação (art. 5º).

Por fim, além da autorização ao poder executivo municipal para regulamentar a lei no que couber, desde que mantenha a essência da norma intacta, prevê a entrada em vigor em 30

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO

Rua Ulisses Caldas nº. 81. Cidade Alta. Natal/RN. CEP 59.025-090.

Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>



Telephone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>



passagens aéreas custeadas com recursos públicos para fins de emissão de novas passagens em favor dos atletas que participarão de competições esportivas fora do Estado do RN.

Nesses termos, pode-se dizer que há, no presente Projeto de Lei, afronta direta ao princípio fundamental da separação dos poderes, garantido no art. 2.º da Constituição da República c/c art. 16 da Lei Orgânica do Município – LOM em decorrência do princípio da simetria (art. 29, *caput*, da Constituição Federal)., senão vejamos as respectivas redações:

Constituição Federal:

“Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

LOM:

“Art. 16. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

A respeito da cláusula da reserva de administração, o Supremo Tribunal Federal já se posicionou da seguinte forma, *in verbis*:

“EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO

Rua Ulisses Caldas nº. 81. Cidade Alta. Natal/RN. CEP 59.025-090.

Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>



COMO RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO QUE SE AJUSTA À JURISPRUDÊNCIA PREVALECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - CONSEQÜENTE INVIABILIDADE DO RECURSO QUE A IMPUGNA - SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS QUE DÃO SUPORTE À DECISÃO RECORRIDA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo. Precedentes. Não cabe, desse modo, ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo, no estrito desempenho de suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação 'ultra vires'

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO

Rua Ulisses Caldas nº. 81. Cidade Alta. Natal/RN. CEP 59.025-090.

Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>



do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais.” (STF, RE 427574 ED, Rel. Min. CELSO DE MELLO, 2ª Turma, Acórdão Eletrônico, j. 13/12/2011, DJe 030 10/02/2012, Pub. 13/02/2012)

“Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 3.449/04 DO DISTRITO FEDERAL. PROIBIÇÃO DE COBRANÇA DE ASSINATURA BÁSICA NOS SERVIÇOS DE ÁGUA, LUZ, GÁS, TV A CABO E TELEFONIA. INCONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR E PRESTAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA ELÉTRICA (CF, ART. 21, XI E XII, ‘b’, E 22, IV). FIXAÇÃO DA POLÍTICA TARIFÁRIA COMO PRERROGATIVA INERENTE À TITULARIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO (CF, ART. 175, PARÁGRAFO ÚNICO, III). AFASTAMENTO DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE DO ESTADO-MEMBRO PARA LEGISLAR SOBRE CONSUMO (CF,



ART. 24, V E VII). USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS CUJO REGIME GUARDA DISTINÇÃO COM A FIGURA DO CONSUMIDOR (CF, ART. 175, PARÁGRAFO ÚNICO, II). PRECEDENTES. SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E GÁS. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO (CF, ART. 2º). PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

(...)

4. Ofende a denominada reserva de administração, decorrência do conteúdo nuclear do princípio da Separação de Poderes (CF, art. 2º), a proibição de cobrança de tarifa de assinatura básica no que concerne aos serviços de água e gás, em grande medida submetidos também à incidência de leis federais (CF, art. 22, IV), mormente quando constante de ato normativo emanado do Poder Legislativo fruto de iniciativa parlamentar, porquanto supressora da margem de apreciação do Chefe do Poder Executivo Distrital na condução da Administração Pública, no que se inclui a formulação da política pública remuneratória do serviço público.



5. *Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente.*” (STF, ADI 3343, Rel. Min. AYRES BRITTO, Rel. p/ Acórdão Min. LUIZ FUX, Pleno, j. 01/09/2011, DJe 221 21/11/2011, Pub. 22/11/2011, Ement. Vol. 02630-01, p. 00001)

Por outro lado, percebe-se que o Projeto de Lei em comento, ao estabelecer objetivos a serem implementados diretamente pelo Executivo Municipal, por meio de seus órgãos (notadamente pela Secretaria Municipal de Esportes e pela Controladoria Geral do Município), assim como ao criar diretrizes específicas a serem seguidas, acaba por incorrer em inconstitucionalidade de cunho formal, sob a ótica da competência para deflagrar o processo legislativo em relação a determinadas matérias, interferindo na organização administrativa, invadindo a esfera de iniciativa reservada ao Prefeito.

A propósito, ensina o administrativista Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

“Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal.”



PREFEITURA DO
NATAL

CAM - 7555330
Nº 03/2023
FOLHA 06 REC

(Direito Municipal Brasileiro, São Paulo:
Malheiros, 1997, 9.^a ed., p. 431)

Consoante especifica a Carta da República em seu art. 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”,
tem-se o seguinte:

“Art. 61. (...)

*§ 1.º São de iniciativa privativa do Presidente
da República as leis que:*

(...)

II – disponham sobre:

(...)

*b) organização administrativa e judiciária,
matéria tributária e orçamentária, serviços
públicos e pessoal da administração dos
Territórios;” (grifos acrescentados)*

Tal disposição constitucional caracteriza-se como sendo de observância obrigatória pelos demais entes da Federação, o que inclui os próprios Municípios também por força do princípio da simetria (art. 29, *caput*, da CF). Assim, no Município de Natal, a indicação das competências privativas do Chefe do Executivo Municipal para legislar encontra fundamento de validade nos arts. 21, inciso IX, e 39, § 1.º, ambos da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO

Rua Ulisses Caldas nº. 81. Cidade Alta. Natal/RN. CEP 59.025-090.

Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>



Art. 21. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

IX – criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

Art. 39 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição.

§ 1º. É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei.

Especialmente acerca da iniciativa privativa do Chefe do Executivo para elaborar determinados projetos de lei, os quais disponham sobre organização administrativa, colhem-se os seguintes arestos:

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO

Rua Ulisses Caldas nº. 81, Cidade Alta, Natal/RN. CEP 59.025-090.

Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>



"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ALAGONA N. 6.153, DE 11 DE MAIO DE 2000, QUE CRIA O PROGRAMA DE LEITURA DE JORNAIS E PERIÓDICOS EM SALA DE AULA, A SER CUMPRIDO PELAS ESCOLAS DA REDE OFICIAL E PARTICULAR DO ESTADO DE ALAGOAS.

1. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual para legislar sobre organização administrativa no âmbito do Estado.

2. Lei de iniciativa parlamentar que afronta o art. 61, § 1º, inc. II, alínea e, da Constituição da República, ao alterar a atribuição da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Princípio da simetria federativa de competências.

3. Iniciativa louvável do legislador alagoano que não retira o vício formal de iniciativa legislativa. Precedentes.

4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente." (STF, ADI 2329, Rel. Min.

CMN - PROCESSO
Nº 0312023
FOLHA: 07 PRC



PREFEITURA DO NATAL

CÁRMEN LÚCIA, Pleno, j. 14/04/2010, DJe
116 24/06/2010, Pub. 25/06/2010, Ement. Vol.
02407-01, p. 00154) (grifos acrescentados)

*"Ementa: AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE
INICIATIVA.*

*Lei municipal, de autoria de membro do Poder
Legislativo, que institui campanha de
orientação e prevenção de doenças de inverno.
Matéria relativa a exercício da administração
direta municipal. Matéria de iniciativa do chefe
do Poder Executivo. Ofensa aos arts. 5º,
"caput", da CESP e art. 2º da CF/88.
Caracterização de vício de iniciativa.
Inconstitucionalidade formal subjetiva. Ação
julgada procedente. (TJ/SP, ADI
685429020118260000 SP
0068542-90.2011.8.26.0000, Rel. Roberto Mac
Cracken, Órgão Especial, j. 24/08/2011, Pub.
06/09/2011) (grifos acrescentados)*

Desse modo, não há outra conclusão possível senão a de que o presente Projeto de Lei contém, de fato, vícios insanáveis de inconstitucionalidade, porquanto violador do regime de separação e independência dos poderes (ao qual obrigatoriamente se acham vinculados,

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO

Rua Ulisses Caldas nº. 81. Cidade Alta, Natal/RN. CEP 59.025-090.

Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>



PREFEITURA DO
NATAL

CMM - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 08 PRC

também, os Municípios), assim como por ter afrontado as regras atributivas de competência do Poder Executivo para dispor sobre organização e funcionamento da sua Administração.

Deste modo, pelas razões acima expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores,
VETO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 110/2019.

Atenciosamente,

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO

Rua Ulisses Caldas nº. 81. Cidade Alta. Natal/RN. CEP 59.025-090.

Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>

implicará em inevitável aumento de gastos públicos, o que acaba por violar o disposto no art. 21, inciso X, c/c art. 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município de Natal, segundo os quais compete privativamente ao Chefe do Executivo municipal a iniciativa dos projetos de lei que versem sobre matéria financeira e orçamentária.

A propósito, ensina o administrativista Hely Lopes Meirelles, in verbis:

"Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1.º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal."

(Direito Municipal Brasileiro, São Paulo: Malheiros, 1997, 9.ª ed., p. 431)

Consoante específica a Carta da República em seu art. 61, § 1.º, inciso II, alínea "b", tem-se o seguinte:

"Art. 61. (...)

§ 1.º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II — disponham sobre:

(...)

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;"

(grifos acrescentados)

Tal disposição constitucional caracteriza-se como sendo de observância obrigatória pelos demais entes da Federação, o que inclui os próprios Municípios também por força do princípio da simetria (art. 29, caput, da CF). Assim, no Município de Natal, a indicação das competências privativas do Chefe do Executivo Municipal para legislar encontra fundamento de validade nos arts. 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, ambos da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:

"Art. 21. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

IX — criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

X — matéria financeira e orçamentária;

(...)

Art. 39 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição.

§ 1.º. É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, IV, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei."

Especialmente acerca da iniciativa privativa do Chefe do Executivo para elaborar determinados projetos de lei, os quais disponham sobre organização administrativa, colhem-se os seguintes arestos:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ALAGONA N. 6.153, DE 11 DE MAIO DE 2000, QUE CRIA O PROGRAMA DE LEITURA DE JORNAIS E PERIÓDICOS EM SALA DE AULA, A SER CUMPRIDO PELAS ESCOLAS DA REDE OFICIAL E PARTICULAR DO ESTADO DE ALAGOAS.

1. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual para legislar sobre organização administrativa no âmbito do Estado.

2. Lei de iniciativa parlamentar que afronta o art. 61, § 1.º, inc. II, alínea e, da Constituição da República, ao alterar a atribuição da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Princípio da simetria federativa de competências.

3. Iniciativa louvável do legislador alagoano que não retira o vício formal de iniciativa legislativa. Precedentes.

4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente." (STF, ADI 2329, Rel. Min. CARMEN LÚCIA, Pleno, j. 14/04/2010, DJe 116 24/06/2010, Pub. 25/06/2010, Ement. Vol. 02407-01, p. 00154)

(grifos acrescentados)

"Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA.

Lei municipal, de autoria de membro do Poder Legislativo, que institui campanha de orientação e prevenção de doenças de inverno. Matéria relativa a exercício da administração direta municipal. Matéria de iniciativa do chefe do Poder Executivo. Ofensa aos arts. 52, "caput", da CESP e art. 2º da CF/88. Caracterização de vício de iniciativa. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Ação julgada procedente. (TJ/SP, ADI 685429020118260000 SP 0068542-90.2011.8.26.0000, Rel. Roberto Mac Cracken, Órgão Especial, j. 24/08/2011, Pub. 06/09/2011)

(grifos acrescentados)

Por fim, impõe-se destacar que o Rio Doce está localizado em uma Zona de Proteção Ambiental, a qual foi recentemente regulamentada pelo Executivo Municipal por meio da Lei Complementar nº LEI COMPLEMENTAR Nº 222 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022, cujo teor já propõe medidas de proteção e conservação para o Rio Doce, vejamos:

Art. 1º Ficam estabelecidos os parâmetros para regulamentação do uso e ocupação do solo na Zona de Proteção Ambiental 9 (ZPA 9), constituída de lagoas e dunas ao longo do Rio Doce, situada na Região Administrativa Norte do Município do Natal, abrangendo parte dos bairros de Lagoa Azul, Pajuçara e Redinha, conforme especificações constantes nesta Lei e nos termos que a integram.

Art. 2º A ZPA 9 de que trata esta Lei tem como objetivos a proteção, manutenção e recuperação da paisagem e ecossistemas associados, formados pelas lagoas, as dunas e o Rio Doce, com base nos seguintes pressupostos:

I— Definição do subzoneamento ambiental da área, de acordo com o Art. 19, da Lei Complementar Municipal nº 208, de 07 de março de 2022, considerando os atributos naturais e sociais, bem como a fragilidade dos recursos ambientais da área e o potencial de usos sustentáveis;

II— Estabelecimento de parâmetros para o uso e ocupação do solo, compatíveis com as características socioambientais da área;

III— Definição de critérios e procedimentos específicos para o licenciamento e fiscalização de atividades consideradas potencialmente poluidoras e/ou degradadoras;

IV— Criação de Unidades de Conservação Ambiental, nos termos da legislação federal, estadual e municipal que regulam a matéria;

V— Fomento à implantação de usos e atividades relacionadas aos objetivos da ZPA 9;

VI— Definição de ações prioritárias para implementação dos objetivos de que trata o caput deste artigo. Art. 22 Os objetivos estabelecidos no Art. 2º, desta Lei, serão implementados através de programas e projetos de intervenções prioritárias, a serem executados pelo órgão municipal competente, pelo empreendedor, ou em parceria, tais como:

I - Divulgação das normas legais de regulamentação da ZPA 9, associada à campanha de educação ambiental e à implantação de sinalização ecológica;

II - Elaboração de estudos para identificação de áreas receptoras de medidas mitigadoras ou compensatórias com vistas à recuperação de áreas degradadas;

III - Elaboração de projeto de arborização e paisagismo, priorizando a arborização urbana com plantio de espécies nativas em áreas públicas;

IV- Elaboração de proposta técnica para implantação de Unidades de Conservação, nos termos da legislação vigente;

V- Desenvolvimento de projetos de assistência técnica para orientação do manejo agrícola sustentável;

VI- Concepção e implementação de um plano de rotina de fiscalização específico com vistas ao cumprimento das normas legais vigentes a esta Lei.

§ 1º São programas e projetos de intervenções prioritários previstos para a ZPA 9:

I - Saneamento ambiental;

II - Despoluição do Rio Doce;

III -Regulamentação das AEIS;

IV -Reassentamento das ocupações em áreas de risco e na Subzona de Preservação;

V -Equipamentos comunitários de apoio à saúde, educação, esporte, cultura e lazer, definidos pela população através do conselho comunitário;

VI -Arborização, implantação de passeios e ciclovia na Avenida Moema Tinoco da Cunha Lima;

VII - Centro de Educação Ambiental na área de Gramorezinho;

VIII - Criação de Unidade de Conservação (UC), ao longo do Rio Doce, nos termos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e regulamentações posteriores.

IX -Plano de Recuperação das áreas degradadas de APP's das lagoas, do Rio Doce e Dunas. (grifos acrescentados)

Desse modo, não há outra conclusão possível senão a de que o presente Projeto de Lei contém, de fato, vícios insanáveis de inconstitucionalidade, porquanto violador do regime de separação e independência dos poderes (ao qual obrigatoriamente se acham vinculados, também, os Municípios), assim como por ter afrontado as regras atributivas de competência do Poder Executivo para dispor sobre organização e funcionamento da sua Administração, e, inevitavelmente, criação de novas despesas.

Faz-se necessário alguns esclarecimentos quanto a gestão dos recursos hídricos, bem como a atribuição da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal. De acordo com a Lei Federal No 9.443/1997 o sistema de competência sobre os recursos hídricos cabe ao Poder Executivo Federal e ao Poder Executivo Estadual.

Especificamente sobre a ARSBAN, esta tem como função, dentre outras, a regulação da prestação do serviço público de abastecimento de água, exercido pela CAERN em Natal. O manancial do Rio Doce atualmente é utilizado como fonte de abastecimento pela concessionária, sendo fundamental sua preservação para garantia da qualidade da água distribuída.

No entanto, a Lei Municipal No 5.346/2021, em seu art. 5º, § 3º define que a agência criará sistema de informações e de educação dos agentes e demais envolvidos a respeito das políticas, diretrizes e regulamentos apenas do setor de saneamento básico.

Na verdade o que ocorre é uma extrapolação da atuação dos poderes municipais, exercendo responsabilidades que não cabe ao Município.

Conforme Lei Complementar Estadual nº 483/2013, a matéria proposta no referido Projeto de Lei, não pode ser atribuída como competência do Município de Natal, tendo em vista ser do Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte - IGARN, executar a política estadual de recursos hídricos de forma compartilhada e descentralizada, objetivando assegurar a oferta de água em qualidade e quantidade adequadas ao uso da atual e futura gerações, visando o desenvolvimento sustentável.

O IGARN é a entidade estadual responsável pela gestão técnica e operacional dos recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Norte, cabendo-lhe apoiar, técnica e operacionalmente, o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos (SIGERH), criado pela Lei Estadual nº 6.908, de 1.º de julho de 1996.

Deste modo, pelas razões acima expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, VETO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 75/2022.

Atenciosamente,

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

Mensagem Nº. 003/2023

A Sua Excelência o Senhor

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Presidente da Câmara Municipal de Natal

Em 16 de Janeiro de 2023.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o Projeto de Lei nº 110/2019, de autoria do Vereador Kleber Fernandes, aprovado na sessão plenária realizada no dia 20 de dezembro de 2022 e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de 27 de dezembro de 2022, em que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de Transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens

pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN", por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º e 61, § 1.º, inciso II, alínea "b", todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município, dana forma das RAZÕES DE VETO INTEGRAL, adiante explicitadas.

Razões de Veto Integral

Consoante o disposto no Projeto de Lei apresentado, pretende o Poder Legislativo Municipal impor ao Poder Executivo Municipal a obrigação de criar mecanismos de transferência de pontos de programas de milhagens, adquiridos por servidores públicos municipais, por intermédio de passagens aéreas pagas com recursos do orçamento público municipal, para atletas que participarão de competições esportivas fora do estado do Rio Grande do Norte, bem como a transferência desses pontos, adquiridos com recursos próprios pelo público em geral, igualmente destinados aos atletas que participarão de competições esportivas fora do estado do Rio Grande do Norte. (art. 1º).

Estabelece que caberá à Secretaria Municipal de Esportes, estabelecer através de portaria publicada em diário oficial, os critérios para concessão dos pontos de milhagens aéreas aos atletas que desejem ser beneficiados por esta lei (art. 2º) e, ainda, que referida Secretaria deverá ser informada sempre que seja feita emissão de passagens por qualquer órgão municipal, a fim de criar um "banco de milhas" e ter o efetivo controle dos seus quantitativos (art. 3º).

Prevê, ainda, que os atletas interessados em ser beneficiados pela Lei, deverão atender aos critérios e prazos estabelecidos pela Secretaria de Esportes conforme portaria e regulamentos por ela criados (art. 4º), bem como que o benefício concedido pela Lei também se aplica aos treinados, que deverão obedecer a todos os critérios estabelecidos pela norma de regulamentação (art. 5º).

Por fim, além da autorização ao poder executivo municipal para regulamentar a lei no que couber, desde que mantenha a essência da norma intacta, prevê a entrada em vigor em 30 dias após a publicação e revoga a lei nº 6061/2010, publicada no Diário Oficial do Município no dia 04.02.2010. Da análise dos autos, vê-se que o presente projeto de lei, embora possua fins bem-intencionados, não merece prosperar em razão das inconstitucionalidades que o maculam. É que, no momento em que o Poder Legislativo Municipal busca, por meio de projeto de lei, impor ao Poder Executivo, a implementação, no âmbito do Município de Natal, de programa que impõe a reversão ao Poder Público de milhas e pontos decorrentes de passagens aéreas custeadas com recursos públicos, no qual estaria vinculado o Servidor Público a proceder com a transferência das milhas, imiscui-se, de forma indevida, em esfera que é própria da atividade do administrador público (chamada reserva de administração), violando o princípio da separação de poderes, o qual, na ordem constitucional vigente, exsurge como cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4.º, inciso III, da Constituição da República.

Efetivamente, compete ao Executivo especialmente a função de administrar, a qual se institui por meio de atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público, cabendo ao Poder Legislativo primordialmente a função de editar leis, isto é, atos normativos revestidos de generalidade e abstração. Assim, esta proposição legislativa revela patente ingerência do Poder Legislativo em atividades típicas do Poder Executivo, quais sejam os poderes de gestão política e administrativa dos servidores públicos municipais. Deveras, reporta como atribuição do Chefe do Executivo Municipal definir se o Poder Público deverá ou não instituir um programa de reversão de milhas decorrentes de passagens aéreas custeadas com recursos públicos para fins de emissão de novas passagens em favor dos atletas que participarão de competições esportivas fora do Estado do RN.

Nesses termos, pode-se dizer que há, no presente Projeto de Lei, afronta direta ao princípio fundamental da separação dos poderes, garantido no art. 2.º da Constituição da República c/c art. 16 da Lei Orgânica do Município – LOM em decorrência do princípio da simetria (art. 29, caput, da Constituição Federal), senão vejamos as respectivas redações:

Constituição Federal:

"Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."

LOM:

"Art. 16. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

A respeito da cláusula da reserva de administração, o Supremo Tribunal Federal já se posicionou da seguinte forma, in verbis:

"EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO QUE SE AJUSTA À JURISPRUDÊNCIA PREVALECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - CONSEQUENTE INVIABILIDADE DO RECURSO QUE A IMPUGNA - SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS QUE DÃO SUPORTE À DECISÃO RECORRIDA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo. Precedentes. Não cabe, desse modo, ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo, no estrito desempenho de suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredindo o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação 'ultra vires' do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais." (STF, RE 427574 ED, Rel. Min. CELSO DE MELLO, 2ª Turma, Acórdão Eletrônico, j. 13/12/2011, DJe 030 10/02/2012, Pub. 13/02/2012)

"Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 3.449/04 DO DISTRITO

FEDERAL. PROIBIÇÃO DE COBRANÇA DE ASSINATURA BÁSICA NOS SERVIÇOS DE ÁGUA, LUZ, GÁS, TV A CABO E TELEFONIA. INCONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR E PRESTAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA ELÉTRICA (CF, ART. 21, XI E XII, 'b', E 22, IV). FIXAÇÃO DA POLÍTICA TARIFÁRIA COMO PRERROGATIVA INERENTE À TITULARIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO (CF, ART. 175, PARÁGRAFO ÚNICO, III). AFASTAMENTO DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE DO ESTADO-MEMBRO PARA LEGISLAR SOBRE CONSUMO (CF, ART. 24, V E VII). USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS CUJO REGIME GUARDA DISTINÇÃO COM A FIGURA DO CONSUMIDOR (CF, ART. 175, PARÁGRAFO ÚNICO, II). PRECEDENTES. SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E GÁS. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO (CF, ART. 2º). PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

(...)

4. Ofende a denominada reserva de administração, decorrência do conteúdo nuclear do princípio da Separação de Poderes (CF, art. 2º), a proibição de cobrança de tarifa de assinatura básica no que concerne aos serviços de água e gás, em grande medida submelidos também à incidência de leis federais (CF, art. 22, IV), mormente quando constante de ato normativo emanado do Poder Legislativo fruto de iniciativa parlamentar, porquanto supressora da margem de apreciação do Chefe do Poder Executivo Distrital na condução da Administração Pública, no que se inclui a formulação da política pública remuneratória do serviço público.

5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente." (STF, ADI 3343, Rel. Min. AYRES BRITTO, Rel. p/ Acórdão Min. LUIZ FUX, Pleno, j. 01/09/2011, DJe 221 21/11/2011, Pub. 22/11/2011, Ement. Vol. 02630-01, p. 00001)

Por outro lado, percebe-se que o Projeto de Lei em comento, ao estabelecer objetivos a serem implementados diretamente pelo Executivo Municipal, por meio de seus órgãos (notadamente pela Secretaria Municipal de Esportes e pela Controladoria Geral do Município), assim como ao criar diretrizes específicas a serem seguidas, acaba por incorrer em inconstitucionalidade de cunho formal, sob a ótica da competência para deflagrar o processo legislativo em relação a determinadas matérias, interferindo na organização administrativa, invadindo a esfera de iniciativa reservada ao Prefeito.

A propósito, ensina o administrativista Hely Lopes Meirelles, in verbis:

"Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal."

(Direito Municipal Brasileiro, São Paulo: Malheiros, 1997, 9.ª ed., p. 431)

Consoante especifica a Carta da República em seu art. 61, § 1º, inciso II, alínea "b", tem-se o seguinte:

"Art. 61. (...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

(...)

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;" (grifos acrescidos)

Tal disposição constitucional caracteriza-se como sendo de observância obrigatória pelos demais entes da Federação, o que inclui os próprios Municípios também por força do princípio da simetria (art. 29, caput, da CF). Assim, no Município de Natal, a indicação das competências privativas do Chefe do Executivo Municipal para legislar encontra fundamento de validade nos arts. 21, inciso IX, e 39, § 1º, ambos da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:

Art. 21. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

IX – criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

Art. 39 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição.

§ 1º. É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei.

Especialmente acerca da iniciativa privativa do Chefe do Executivo para elaborar determinados projetos de lei, os quais disponham sobre organização administrativa, colhem-se os seguintes arestos:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ALAGANO N. 6.153, DE 11 DE MAIO DE 2000, QUE CRIA O PROGRAMA DE LEITURA DE JORNAIS E PERIÓDICOS EM SALA DE AULA, A SER CUMPRIDO PELAS ESCOLAS DA REDE OFICIAL E PARTICULAR DO ESTADO DE ALAGOAS.

1. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual para legislar sobre organização administrativa no âmbito do Estado.

2. Lei de iniciativa parlamentar que afronta o art. 61, § 1º, inc. II, alínea e, da Constituição da República, ao alterar a atribuição da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Princípio da simetria federativa de competências.

3. Iniciativa louável do legislador alagoano que não retira o vício formal de iniciativa legislativa. Precedentes.

4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente." (STF, ADI 2329, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Pleno, j. 14/04/2010, DJe 116 24/06/2010, Pub. 25/06/2010, Ement. Vol. 02407-01, p. 00154) (grifos acrescidos)

"Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA.

Lei municipal, de autoria de membro do Poder Legislativo, que institui campanha de orientação e prevenção de doenças de inverno. Matéria relativa a exercício da administração direta municipal. Matéria de iniciativa do chefe do Poder Executivo. Ofensa aos arts. 5º, "caput",

da CESP e art. 2º da CF/88. Caracterização de vício de iniciativa. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Ação julgada procedente. (TJ/SP, ADI 685429020118260000 SP 0068542-90.2011.8.26.0000, Rel. Roberto Mac Cracken, Órgão Especial, j. 24/08/2011, Pub. 06/09/2011) (grifos acrescentados)

Desse modo, não há outra conclusão possível senão a de que o presente Projeto de Lei contém, de fato, vícios insanáveis de inconstitucionalidade, porquanto violador do regime de separação e independência dos poderes (ao qual obrigatoriamente se acham vinculados, também, os Municípios), assim como por ter afrontado as regras atributivas de competência do Poder Executivo para dispor sobre organização e funcionamento da sua Administração. Deste modo, pelas razões acima expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, VETO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 110/2019.

Atenciosamente,
ÁLVARO COSTA DIAS
Prefeito

DECRETO Nº 12.719 DE 10 DE JANEIRO DE 2023

Declara de necessidade e interesse social para fins de desapropriação os imóveis localizados Rua João Olímpio, Zona Leste de Natal, que serão destinados para a realização de obras para alargamento da Rua João Olímpio, Zona Leste de Natal e construção de uma Praça nas imediações, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO NATAL, no uso de suas atribuições legais e na forma que dispõe o Art. 55, incisos IV e VII da Lei Orgânica do Município do Natal, combinado com o Art. 5º, alínea "I" do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de necessidade e interesse social para fins de desapropriação, os imóveis e benfeitorias de domínio ou posse de pessoas diversas, localizadas no Bairro Areia Preta - Zona Leste de Natal, composta por 02 propriedades com as seguintes descrições individualizadas:
I - IMÓVEL ID 01: Imóvel com 37,30 m² de área de terreno, situado na Rua João Olímpio, s/n - Areia Preta, que ocupa parte da Carta de Aforamento nº 10.115, com os seguintes limites e dimensões:
S = 37,30 m²

Norte: Canteiro Existente com 8,20 m;

Sul: Rua João Olímpio com 8,20 m;

Leste: Imóvel nº 512-A com 4,55 m;

Oeste: Rua Enfermeiro João Correia da Silva com 4,55 m;

Amarração: Imóvel situado na Rua João Olímpio esquina com a Rua Enfermeiro João Correia da Silva.
II - IMÓVEL ID 02: Imóvel com 30,15 m² de área de terreno, situado na Rua João Olímpio, 512-A - Areia Preta, que ocupa parte da Carta de Aforamento nº 10.115, com os seguintes limites e dimensões:
S = 30,15 m²

Norte: Canteiro Existente com 6,80 m;

Sul: Rua João Olímpio com 6,60 m;

Leste: Imóvel s/n com 4,45 m;

Oeste: Imóvel s/n com 4,55 m;

Amarração: Imóvel situado na Rua João Olímpio distante 8,20 m da Rua Enfermeiro João Correia da Silva.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o artigo anterior serão desapropriados para a realização de obras para alargamento da Rua João Olímpio, Zona Leste de Natal e construção de uma Praça nas imediações.

Art. 3º - Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação desta desapropriação, de forma amigável ou judicial, se for o caso, assinado em nome da Prefeitura Municipal do Natal, acordos, termos e escrituras.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão à conta de dotação própria.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Felipe Camarão, em Natal, 10 de janeiro de 2023.

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

PORTARIA Nº 062/2023-A.P., DE 17 DE JANEIRO DE 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta o artigo 55, inciso II, da Lei Orgânica do Município, Ofício nº 022/2023-GP, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os titulares dos cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal da Igualdade Racial, Direitos Humanos, Diversidade, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência - SEMIDH, cujos nomes, cargos e simbologia constam na relação abaixo, em conformidade com a Lei Complementar nº. 209, de 04 de abril de 2022.

Denominação de Cargo	Simb.	Nome
Chefe de Gabinete	DD	WESLEY DE LIMA CAETANO
Assessor de Projetos I	CS	ROMÁRIO ARISTIDES MARIZ

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

ADAMIRES FRANÇA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 061/2023-A.P., 17 DE JANEIRO DE 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do artigo 55, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Natal, Ofício nº 022/2023-GP, RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar os titulares dos cargos comissionados da secretaria Municipal da Igualdade Racial, Direitos Humanos, Diversidade, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência - SEMIDH, cujos nomes constam na relação abaixo.

Denominação do Cargo	Simb.	Nome do Ocupante
Chefe de Gabinete	DD	PAULO MANOEL JALES DE OLIVEIRA SANTOS
Assessor de Projetos I	CS	WESLEY DE LIMA CAETANO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

ADAMIRES FRANÇA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 060/2023-A.P., DE 17 DE JANEIRO DE 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso II da Lei Orgânica do Município de Natal, Ofício nº 021/2023-GP, RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar CINTHIA CARDOSO LOPES, do cargo em comissão de Chefe da Assessoria de Comunicação IV, símbolo CS, da Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

ADAMIRES FRANÇA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 059/2023-A.P., DE 17 DE JANEIRO DE 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso II da Lei Orgânica do Município de Natal, Ofício nº 020/2023-GP, RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar LUCAS DA SILVA GOULART NOVARINO, do cargo em comissão de Encarregado de Serviços, símbolo ES, da Secretaria Municipal de Tributação - SEMUT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

ADAMIRES FRANÇA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2771/2022-A.P., DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Artigo 55, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, nos termos do Decreto nº 9.882 de 01 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial do Município, no dia 02 de fevereiro de 2013, e Processo SMG-20221684243, RESOLVE:

Art. 1º - Renovar, por mais 01 (um) ano, a cessão para Câmara Municipal do Natal, do servidor AARÃO DAMASCENO NUNES, matrícula nº. 08.749-1, GNM, Padrão B, Nível V, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, com ônus para o órgão cedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de novembro de 2022.

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

ADAMIRES FRANÇA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 047/2023-A.P., DE 16 DE JANEIRO DE 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Artigo 55, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Natal, Processo nº. SEMTAS-20220696616, Ofício nº 71/2023-PGM-GABINETE-SIG/PGM-TT e de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 3º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº. 0913681-46.2022.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir a Gratificação por Expediente Extraordinário - GEE, a servidora DANIELE LAURENTINO FRANCELINO, matrícula nº. 72.344-6, Assistente Social, Classe 1, Nível A, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS, em conformidade com artigo 19, §1º da lei complementar nº. 119 de 03 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial do Município de 04 de dezembro de 2010, com alterações da Lei Complementar nº. 181, de abril de 2019, publicado no Diário Oficial do Município de 17 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

ADAMIRES FRANÇA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 32/2023-A.P., DE 11 DE JANEIRO DE 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Natal, em consonância com o artigo 80, X, da Lei Complementar nº. 1.517/65, em consonância com artigo 21, § 2º, da Portaria nº 002/2023-G5/SEMAD, de 04 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Município, de 05 de janeiro de 2023, e Processo nº. 006792/2021-71, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento, pelo período de 02 (dois) anos, à servidora ANA CLAUDIA DE ARAUJO



TRABALHANDO PELO BEM DA NOSSA CIDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA 12 APC

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 03 / 123 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de _____ dias, por se encontrar no regime de tramitação _____, nos termos do artigo 52, _____, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 23 de Fevereiro de 2023.



PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☐ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação
- ☐ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação.
- ☐ Comissão de Transportes, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Desporto e Qualidade de Vida

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 23 de Fevereiro de 2023.



PROCURADOR
PROCURADORIA LEGISLATIVA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA 13 DE 13

RECEBIDO

Recebido em: 27/12/22
João Carvalheiro da Oliveira Filho
Chefe da Assessoria Jurídica SMG
OAB RN 12.224

OFÍCIO Nº 0360/2022-RD

Natal, 21 de dezembro de 2022.

Excelentíssimo Senhor
DOUTOR ÁLVARO DA COSTA DIAS
Prefeito da Capital
N e s t a.

Assunto: *Encaminhando Projeto de Lei nº 110/2019, de autoria o Vereador Kleber Fernandes, subscrito pelos vereadores Anderson Lopes, Julia Arruda, Milklei Leite, Nivaldo Bacurau e Professor Robério Paulino.*

Senhor Prefeito,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei nº 110/2019**, aprovado em sessão plenária realizada no dia 20 de dezembro de 2022 de autoria o Vereador Kleber Fernandes, subscrito pelos vereadores Anderson Lopes, Julia Arruda, Milklei Leite, Nivaldo Bacurau e Professor Robério Paulino, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de Transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN.”

Respeitosamente,

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 14 PRC



PL 110/19

OF 360/22

Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal

____ de ____ de ____

PREFEITO

LEI Nº _____

Dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo Poder Executivo Municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN, e revoga a Lei nº 6.061/2010.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica obrigado a criar mecanismos de transferência de pontos de programas de milhagens, adquiridos por servidores públicos municipais, por intermédio de passagens aéreas pagas com recursos do orçamento público municipal, para atletas que participarão de competições esportivas fora do estado do Rio Grande do Norte, bem como a transferência desses pontos, adquiridos com recursos próprios pelo público em geral, igualmente destinados aos atletas que participarão de competições esportivas fora do estado do Rio Grande do Norte.

§ 1º O Poder Executivo Municipal, através da Controladoria Geral do Município, deverá criar uma condicionante formal para emissão de passagens aéreas para servidores públicos municipais, comissionados, efetivos, ou de qualquer regime, feita através de termo de compromisso assinado pelo servidor público que tenha passagem aérea paga nos termos do artigo 1º desta Lei.

§ 2º O termo de compromisso citado no parágrafo anterior, deverá conter autorização ou compromisso expresso do servidor público municipal de transferir os pontos dos programas de milhagens aéreas para o CNPJ do município ou diretamente aos atletas que farão jus à sua utilização.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA 15 PRC

Art. 2º Caberá à Secretaria Municipal de Esportes, estabelecer através de portaria publicada em diário oficial do município, os critérios para concessão dos pontos de milhagens aéreas aos atletas que desejem ser beneficiados por esta lei.

Art. 3º A secretaria municipal de esportes deverá ser informada sempre que seja feita emissão de passagens por qualquer órgão municipal, a fim de criar um "banco de milhas" e ter o efetivo controle dos seus quantitativos.

Art. 4º Os atletas interessados em ser beneficiados por esta Lei, deverão atender aos critérios e prazos estabelecidos pela Secretaria de Esportes conforme portaria e regulamentos por ela criados.

Art. 5º O benefício concedido por esta Lei também se aplica aos treinadores, que deverão obedecer a todos os critérios estabelecidos pela norma de regulamentação da presente Lei.

Art. 6º Fica autorizado o poder executivo municipal a regulamentar essa lei no que couber, desde que mantenha a essência desta norma intacta.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor 30 dias após a data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Lei nº 6.061/2010, publicada no Diário Oficial do município no dia 04 de fevereiro de 2010.

Sala das Sessões, em Natal, 20 de dezembro de 2022.


Paulinho Freire

- Presidente

Felipe Alves

- Primeiro Secretário

Aroldo Alves


- Segundo Secretário

PROCESSO Nº: 110 / 2019

CMIN - PROCESSO
Nº 0312023
FOLHA 16 ARS

Projeto de Lei: 110 / 2019

Data de entrada: 10 de Maio de 2019

Autor: Kleber Fernandes

Protocolo: 1515 / 2019

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de Transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN

Despacho Inicial:

NORMA JURIDICA



CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 17 PRC

CMNat - Projeto de Lei
110/19
01

Vereador
Kleber
FERNANDES
Competência e compromisso com você

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

PROJETO DE LEI Nº 110/2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de Transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN

O Prefeito do Município do Natal, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Natal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo municipal, obrigado a criar mecanismos de transferência de pontos de programas de milhagens adquiridos por servidores públicos municipais através de passagens aéreas pagas com recursos do orçamento público municipal para atletas que participarão de competições esportivas fora do estado do Rio Grande do Norte.

§ 1º - O poder executivo municipal, através da controladoria geral do município, deverá criar uma condicionante formal para emissão de passagens aéreas para servidores públicos municipais, comissionados, efetivos, ou de qualquer regime, feita através de termo de compromisso assinado pelo servidor público que tenha passagem aérea paga nos termos do artigo 1º desta lei.

§ 2º - O termo de compromisso citado no parágrafo anterior, deverá conter autorização ou compromisso expresso do servidor público municipal de transferir os pontos dos programas de milhagens aéreas para o CNPJ do município ou diretamente aos atletas que farão jus à sua utilização.



CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA 18 PRO

Vereador
Kleber
FERNANDES
Competência e compromisso com você

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

CMNat - Projeto de Lei
1301/19
02

Art. 2º - Caberá à secretaria municipal de esportes, estabelecer através de portaria publicada em diário oficial do município, os critérios para concessão dos pontos de milhagens aéreas aos atletas que desejem ser beneficiados por esta lei.

Art. 3º - A secretaria municipal de esportes deverá ser informada sempre que seja feita emissão de passagens por qualquer órgão municipal, a fim de criar um "banco de milhas" e ter o efetivo controle dos seus quantitativos.

Art. 4º - Os atletas interessados em ser beneficiados por esta lei, deverão atender aos critérios e prazos estabelecidos pela secretaria de esportes conforme portaria e regulamentos por ela criados.

Art. 5º - Fica autorizado o poder executivo municipal a regulamentar essa lei no que couber, desde que mantenha a essência desta norma intacta.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor 30 dias após a data de sua publicação.

Plenário da Câmara dos Vereadores de Natal, 06 de maio de 2019.


Kleber Fernandes
Vereador

1301/19
17513



CMN - PROCESSO
Nº 0312023
FOLHA: 19 PRO



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

CMN - Projeto de Lei
110/19
03

JUSTIFICATIVA:

É sabido por todos que há uma grande falta de políticas públicas de incentivo ao esporte no Brasil e que há muitos obstáculos para atletas que desejam viajar para representar sua cidade, seu estado ou seu país.

Muitos, sobretudo os atletas amadores, não dispõem de condições financeiras nem de patrocínios para custear passagens aéreas para viajar fora do seu estado.

Por outro lado, sabemos que diariamente servidores públicos municipais viajam para reuniões em ministérios e órgãos federais, congressos, cursos e seminários de capacitação, bem como para fóruns de secretários e outros eventos fora do estado ou país. Todas essas passagens aéreas, custeadas com recursos oriundos do orçamento do município, geram pontos de programas de milhagens que são agregadas ao CPF do servidor que por sua vez, poderá utilizar esses pontos para adquirir passagens aéreas para viagens de cunho pessoal.

Esta lei possibilitará ao município, a criação de um banco de milhas que será gerido pela secretaria de esportes do município com o objetivo de contemplar atletas que não dispõem de condições financeiras de arcar com esses custos.


Kleber Fernandes
Vereador - PDT



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

CivNat - Projeto de Lei
1101/09
04

PROJETO DE LEI N.º: 00274/09

Autor: VER. HERMANO MORAES

Data: 25/08/2009

Classif.: PASSAGENS AÉREAS

Ementa:

CMN - PROCESSO
12 - 031 2023
FCLPN - 20 PRO

Dispõe sobre bonificações, passagens e milhagens de bilhetes aéreos adquiridos pela Prefeitura e pela Câmara Municipal de Natal, e dá outras providências.

Texto:

A PREFEITA MUNICIPAL DE NATAL;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os prêmios ou créditos de milhagem oferecidos pelas companhias de transportes aéreos resultantes de passagens adquiridas, com recursos do erário público, pelos diversos órgãos e entidades da estrutura administrativa do Município e pela Câmara Municipal de Natal serão repassados à Secretaria Municipal de Juventude, Esportes e Lazer - SEJEL, onde serão acumulados e destinados para o deslocamento de atletas e para-atletas que forem participar de competição oficial nacional ou internacional, representando a cidade de Natal.

§ 1º - É vedado ao servidor efetivo, ocupante de cargo em comissão ou em função gratificada, o recebimento e a utilização das bonificações de que trata o caput em viagens oficiais e particulares.

§ 2º - O benefício objeto dessa lei é extensivo aos técnicos dos atletas, para-atletas ou equipes contempladas.

§ 3º - Os órgãos e entidades da estrutura administrativa do Município e a Câmara Municipal de Natal remeterão relatórios bimestrais detalhando as passagens adquiridas, com a identificação das respectivas companhias aéreas, à Secretaria Municipal de Juventude, Esportes e Lazer, para viabilização do controle e coleta dos prêmios ou créditos de milhagem e dos repasses.

Art. 2º - Os atletas ou para-atletas, para obterem o benefício de que trata o art. 1º, deverão estar vinculados a uma das federações esportivas do Município ou do Estado.

Parágrafo Único - Os atletas e para-atletas usuários dos benefícios decorrentes desta Lei deverão utilizar a marca da Prefeitura e da Câmara Municipal de Natal em suas vestimentas de competição.

Art. 3º - É vedada a utilização dos prêmios ou créditos para deslocamento dos dirigentes de qualquer federação esportiva, independente da finalidade.

Art. 4º - Competirá a Secretaria Municipal da Juventude, do Esporte e do Lazer definir os critérios para a escolha dos agraciados pelos benefícios da presente lei.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 dias, estabelecendo, inclusive, as formas de controle das anotações dos prêmios e créditos de milhagem e dos critérios para concessão destes por parte do Município.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Natal, em 18 de agosto de 2009.



Hermano Moraes
Vereador - autor

CMIN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 21 PRO



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

CMMat - Projeto de Lei
130/19
05

PROJETO DE LEI N.º: 00159/13

CMM - PROCESSO
13 03/2023
FOLHA 22 ARC

Autor: RAFAEL MOTTA (SUBSCRITO PELO VER. PAULINHO FREIRE)

Data: 16/10/2013

Classif.: BENEFÍCIOS

Ementa:

Dispõe sobre a utilização de créditos de milhagem ou outros benefícios provenientes de passagens aéreas adquiridas com recursos do tesouro público do Município de Natal, e dá outras providências.

Texto:

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL/RN:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o crédito da pontuação de milhagens voadas, oferecida por programas de companhias aéreas, em caso de passagens pagas com recursos públicos.

Art. 2º - A pontuação resultante de milhagens oferecidas por programas de companhias aéreas e obtidas por trechos voados pagos com recursos do erário pelos diversos órgãos e entidades da estrutura administrativa do Município, incluindo as autarquias, fundações e sociedades de economia mista serão repassados a Secretaria Municipal de Desportos, onde serão acumulados e destinados para o deslocamento de atletas e para-atletas do Município de Natal que forem participar de competição oficial nacional ou internacional.

§ 1º É vedado ao servidor efetivo, ocupante de cargo em comissão ou em função gratificada, o recebimento e a utilização das bonificações de que trata o caput em viagens oficiais e particulares.

§ 2º A cada bimestre, todos os órgãos e entidades da estrutura administrativa do Município, incluindo as autarquias, fundações e sociedades de economia mista, remeterão relatórios pormenorizados das passagens adquiridas, com a identificação das respectivas companhias aéreas, a Secretaria Municipal responsável pelo setor de Desportos, para a viabilização do controle e coleta dos prêmios ou créditos de milhagem e dos repasses.

§ 3º A administração e a concessão dos benefícios que trata o caput deste artigo serão realizados pela Secretaria Municipal responsável pelo setor de Desportos.

Art. 3º - Para usufruir do benefício previsto no artigo anterior, o atleta precisa estar cadastrado em sua respectiva agremiação esportiva, que devem pertencer a uma Liga ou Federação cadastradas junto à Secretaria Municipal responsável pelo setor de Desportos.

§ 1º O atleta e/ou para-atleta usuário dos benefícios decorrentes desta Lei deverão utilizar a

marca da Prefeitura Municipal de Natal em suas vestimentas de competição.

§ 2º Para concessão da passagem a federação ou a liga deverá demonstrar a real necessidade do deslocamento do atleta, comprovando a realização do evento e apresentando a sua respectiva inscrição.

Art. 4º - A presente Lei contempla também os técnicos dos atletas, ficando vedado a sua extensão a qualquer dirigente da entidade que controlará os benefícios desta Lei, bem como de qualquer agremiação esportiva, independentemente da finalidade a que se proponha.

Art. 5º O beneficiado por esta Lei ficará obrigado a prestar conta junto à Secretaria Municipal responsável pelo setor de Desportos num prazo de 10 (dez) dias, entregando o ticket de embarque e o comprovante de participação do evento.

Parágrafo Único - A não prestação de contas obriga o beneficiado a devolver o valor correspondente das passagens aos cofres públicos, num prazo de 30 (trinta) dias, sob as penas da Lei.

Artigo 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Natal, 09 de outubro de 2013.

Rafael Huete da Motta - Vereador Autor - PROS



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMN - Projeto de Lei
110/19
07

PROJETO DE LEI	110/2019
AUTOR	Vereador Kleber Fernandes
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 29 PRC

CERTIDÃO

Este departamento **CERTIFICA**, para os fins regimentais que se fizerem necessários, a existência das Leis Ordinárias sob nº 00274/09 de autoria do Vereador Hermano Moraes e 00159/13, de autoria do Vereador Rafael Motta (Subscrito pelo Ver. Paulinho Freire), que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de Transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN." Com movimentação atual aguardando parecer do relator da comissão de , conforme cópias em anexo.

Ante o exposto é competência da comissão de Legislação Justiça e Redação Final fazer o juízo de admissibilidade a respeito das semelhanças ou não das Matérias Legislativas nos termos do Artigo 59 do Regimento Interno.

Sem mais e, desde já, à disposição para eventuais esclarecimentos, é o que importa trazer.

Natal, 10 de maio de 2019.

Matheus F M Feitosa
Assessor Técnico Legislativo
Matrícula 5413460



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição (PL 110/19) na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 15 (quinze) dias, por se encontrar no regime de tramitação ordinária, nos termos do art. 52, II, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 14 de maio de 2019.

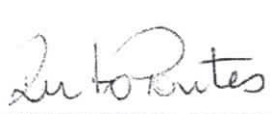


PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, s.m.j, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de: Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização; e Educação, Cultura, Desportos, Ciência, Tecnologia e Inovação. O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 14 de maio de 2019.


RENATO BRITO PONTES
Chefe da Procuradoria Legislativa
Mat. 540339-1 - OAB/RN 15.629

DESPACHO

Acolho o parecer da Procuradoria Legislativa. Encaminhe-se ao Setor de Apoio às Comissões para providências.

Natal/RN, ____/____/____

Presidente da CLJRF



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMN - Projeto de Lei
110/19
09

CMN - PROCESSO
Nº 0312023
FOLHA: 26 PR

PROJETO DE LEI	110/2019
AUTOR	Ver. Kleber Fernandes
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

CERTIDÃO

Este departamento **CERTIFICA**, para os fins regimentais que se fizerem necessários, que foi identificada a existência de Lei Ordinária nº **6061/10**, de autoria do Vereador Hermano Moraes, que **“Dispõe sobre bonificações, passagens e milhagens de bilhetes aéreos adquiridos pela Prefeitura e pela Câmara Municipal de Natal, e dá outras providências..”** Que foi publicada no Diário Oficial do Município em 04 de Fevereiro de 2010, conforme documento em anexo.

Ante o exposto é competência da comissão de Legislação Justiça e Redação Final fazer o juízo de admissibilidade a respeito da semelhança ou não da Matéria Legislativa nos termos do Artigo 59 do Regimento Interno.

Natal, 15 de Maio de 2019.


Giulia Biatriz
Estagiária do Legislativo



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

CAMNat - Projeto de Lei
130/10
130

LEI ORDINÁRIA N.: 06061/10

CAMN - PROCESSO
Nº 031/2013
FOLHA 27 RRC

Autor: HERMANO MORAIS
Data: 03/02/2010
Classif.: OUTROS
Ementa:

Dispõe sobre bonificações, passagens e milhagens de bilhetes aéreos adquiridos pela Prefeitura e pela Câmara Municipal de Natal, e dá outras providências.

Texto:

A PREFEITA MUNICIPAL DE NATAL;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os prêmios ou créditos de milhagem oferecidos pelas companhias de transportes aéreos resultantes de passagens adquiridas, com recursos do erário público, pelos diversos órgãos e entidades da estrutura administrativa do Município e pela Câmara Municipal de Natal serão repassados à Secretaria Municipal de Juventude, Esportes e Lazer - SEJEL, onde serão acumulados e destinados para o deslocamento de atletas e para-atletas que forem participar de competição oficial nacional ou internacional, representando a cidade de Natal.

§ 1º - É vedado ao servidor efetivo, ocupante de cargo em comissão ou em função gratificada, o recebimento e a utilização das bonificações de que trata o caput em viagens oficiais e particulares.

§ 2º - O benefício objeto dessa lei é extensivo aos técnicos dos atletas, para-atletas ou equipes contempladas.

§ 3º - Os órgãos e entidades da estrutura administrativa do Município e a Câmara Municipal de Natal remeterão relatórios bimestrais detalhando as passagens adquiridas, com a identificação das respectivas companhias aéreas, à Secretaria Municipal de Juventude, Esportes e Lazer, para viabilização do controle e coleta dos prêmios ou créditos de milhagem e dos repasses.

Art. 2º - Os atletas ou para-atletas, para obterem o benefício de que trata o art. 1º, deverão estar vinculados a uma das federações esportivas do Município ou do Estado.

Parágrafo Único - Os atletas e para-atletas usuários dos benefícios decorrentes desta Lei deverão utilizar a marca da Prefeitura e da Câmara Municipal de Natal em suas vestimentas de competição.

Art. 3º - É vedada a utilização dos prêmios ou créditos para deslocamento dos dirigentes de qualquer federação esportiva, independente da finalidade.

Art. 4º - Competirá a Secretaria Municipal da Juventude, do Esporte e do Lazer definir os critérios para a escolha dos agraciados pelos benefícios da presente lei.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 dias, estabelecendo, inclusive, as formas de controle das anotações dos prêmios e créditos de milhagem e dos critérios para concessão destes por parte do Município.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Natal, 22 de dezembro de 2009.

Dickson Nasser	-	Presidente
Albert Dickson	-	Primeiro Secretário
Júlio Protásio	-	Segundo Secretário

CMN - PROCESSO
Nº 0312023
FOLHA 28 RC

Publicada no Diário Oficial do Município de: 04 de fevereiro de 2010.

CMN - Projeto de Lei
110/19
12

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA 29 ARC

CI EMENDAS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA
E REDAÇÃO FINAL
Deslano o Vereador, Ana Paula

para emitir parecer no prazo regimental de 15(quinze) dias
em, 20/05/19


Ver. Ney Lopes Junior
Presidente



CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 30 PRC

CMNat - Projeto de Lei
Número 110/19
13

Câmara Municipal do Natal
Gabinete da Vereadora Ana Paula
Rua Jundiá, 546, Tirol | Tel. (84) 3232.8828

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Parecer ao Projeto de Lei nº 110/2019 que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN e dá outras providências.”

O presente parecer trata do Projeto de Lei nº 110/2019 que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN” e dá outras providências.”

Consultando os autos do processo, foi detectada a existência da Lei Ordinária nº 6061/2010, de 03 de fevereiro de 2010, que trata de mesma matéria, desse modo, a propositura em questão encontra-se prejudicada.

Pelo exposto, é o presente parecer não vinculante para sugerir ao Presidente da Câmara Municipal do Natal a pretensa declaração de PREJUDICIALIDADE do projeto de Lei nº 110/2019, de autoria do Vereador Kleber Fernandes.

Natal, 12 de junho de 2019.

Ana Paula
Vereadora/Relatora

COMISSÕES TÉCNICAS
Recebido em 19/06/19

Ana Maria Lima Batista Falcão
Comissão Técnica
Mat. 1.205-3



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 110/19
FOLHA: 14

CMN - PROCESSO
Nº 081/2023
FOLHA 31 PRO

TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Procedi na data de hoje a juntada da emenda modificativa nº 61/2019 e emenda aditiva nº 38/2019, ambas de autoria do Ver. Kleber Fernandes, ao Projeto de Lei nº 110/2019 de autoria do Ver. Kleber Fernandes, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN." Ao presente auto e no sistema de apoio Processo Legislativo – SAPL.

Após, remeta-se os autos ao Setor de Comissões Técnicas para seu devido trâmite nas Comissões pertinentes.

E para constar, lavrei o presente termo que subscrevo.

Natal, 18 de novembro de 2019.


Virgílio Macedo Neto
Assessor Técnico Legislativo
Mat.: 5406692

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

CMN - PROCESSO
Nº 0310023
FOLHA 32 PPC


EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI - Nº 110/2019
- QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE
TRANSFERÊNCIA DE PONTOS DE PROGRAMAS DE
MILHAGENS AÉREAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS, ADQUIRIDOS ATRAVÉS DE PASSAGENS
PAGAS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA
ATLETAS QUE PARTICIPARÃO DE COMPETIÇÕES E
EVENTOS ESPORTIVOS FORA DO ESTADO DO RN.

O Prefeito do Município do Natal, no uso de suas atribuições legais, faço a saber que a Câmara Municipal de Natal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º– Altera a ementa do Projeto de Lei 110/2019, que passa avigorar com a seguinte redação:

EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN e revoga a lei 6.061/2010.

Plenário da Câmara de Vereadores de Natal, ____ de 2019.



Kleber Fernandes

Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 33 de ARC

JUSTIFICATIVA

A emenda apresentada visa um aprimoramento do Projeto de Lei nº 110/19. A supracitada lei visa assegurar que haja a transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN, revogando assim a lei 6.061/10.

O intuito de modificar a ementa e revogar a lei mencionada é de assegurar de fato o que a lei regulamenta.

Diante destas argumentações, contamos com o apoio dos pares para aprovação da presente Emenda ao Projeto de Lei.



Kleber Fernandes

Vereador



CMN - PROJETO DE LEI
Nº 110/19
FOLHA: 17

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

CMN - PROCESSO
0312023
FOLHA 34 PRO

**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI - Nº 110/2019 - QUE
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE
TRANSFERÊNCIA DE PONTOS DE PROGRAMAS DE
MILHAGENS AÉREAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS, ADQUIRIDOS ATRAVÉS DE PASSAGENS
PAGAS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA
ATLETAS QUE PARTICIPARÃO DE COMPETIÇÕES E
EVENTOS ESPORTIVOS FORA DO ESTADO DO RN.**

O Prefeito do Município do Natal, no uso de suas atribuições legais, faço a saber que a Câmara Municipal de Natal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º– Insere o artigo 7º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º: Fica revogada a lei 6.061/2010, publicada no Diário Oficial do Município no dia 04 de fevereiro de 2010.

Plenário da Câmara de Vereadores de Natal, ____ de 2019.



Kleber Fernandes

Vereador



CMN - PROJETO DE LEI
Nº 110/19
FOLHA: 18

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Kleber Fernandes
JUSTIFICATIVA

CMN - PROCESSO
12 03/2023
FOLHA: 35 REC

A emenda apresentada visa um aprimoramento do Projeto de Lei nº 110/19. A supracitada lei visa assegurar que haja a transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN, revogando assim a lei 6.061/10.

O intuito de inserir um novo artigo é de assegurar de fato o que a lei regulamenta.

Diante destas argumentações, contamos com o apoio dos pares para aprovação da presente Emenda ao Projeto de Lei.



Kleber Fernandes

Vereador

CMN - Projeto de Lei

Número: 110/19

Data: 19

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA 36 ARC

4 REMANOAS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA
E REDAÇÃO FINAL

Designa o Vereador Ana Paula

para emitir parecer no prazo regimental de 15(quinze) dias

Em, 18/11/19



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA 37 PRO

PROJETO DE LEI: Nº 110 /2019

Autor (a): Ver.Kleber Fernandes

DESPACHO

Remetam-se os autos ao gabinete do vereador relator para emissão do parecer de estilo, no prazo previsto no art. 52, II do Regimento Interno.

Natal, 19 de Novembro de 2019

WCHS.

Winara Chacon de A. Silva

Chefe do setor de apoio as comissões técnicas

Mat. 540649-8



CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 38 PRC

CMN - Projeto de Lei
Número: 110/19
Data: 21

Câmara Municipal do Natal
Gabinete da Vereadora Ana Paula
Rua Jundiá, 546, Tirol | Tel. (84) 3232.8828

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Parecer ao Projeto de Lei nº 110/2019 que
"Dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência
de pontos de programas milhagens aéreas dos
servidores públicos municipais, adquiridos através
de passagens pagas pelo poder executivo
municipal para atletas que participarão de
competições e eventos esportivos fora do estado
do RN e dá outras providências."

O presente parecer trata do Projeto de Lei nº 110/2019 que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN" e dá outras providências."

Consultando os autos do processo em uma primeira análise, foi detectada a existência da Lei Ordinária nº 6061/2010, de 03 de fevereiro de 2010 de autoria do então Vereador Hermano Moraes, que tratava de mesma matéria.

Foi encaminhado ao setor legislativo emenda modificativa nº 61/2019 revogando a Lei nº 6.061/2010 e emenda aditiva nº 38/2019 de autoria do Ver. Kleber Fernandes.

Desta forma, não observamos nenhum óbice à matéria proposta pelo Vereador Kleber Fernandes.

Pelo exposto, é o presente parecer FAVORÁVEL ao projeto de Lei n.º 110/2019, de autoria do Vereador Kleber Fernandes.

Natal, 29 de novembro de 2019.



Ana Paula
Vereadora/Relatora

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA 39 PRO

COMISSÕES TÉCNICAS
Recebido em, 11/12/19




ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - Projeto de Lei

Número: 110/19

Folha: 24

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) ANA PAULA para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.

Natal, RN 18 / 11 / 2020.

Nina Souza
Ver.^a Nina Souza
Presidente

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 40 PRE

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- ☒ PROJETO DE LEI ☐ RESOLUÇÃO ☐ DECRETO LEGISLATIVO
☐ EMENDA À L.O.M. ☐ VETO ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
☐ PROCESSO ☒ EMENDA

Autor: Vereador(a) Kleber Fernandes

Chefe do Executivo ☐

Relator: Vereador(a) Ana Paula

VOTO DO RELATOR: PARECER FAVORÁVEL

Sala das Comissões, em 02 de MARÇO de 2020.

Nina Souza
Vereadora Nina Souza
Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☒ Abstenção

Fúlvio Mafaldo
Vereador Fúlvio Mafaldo
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Luiz Almir
Vereador Luiz Almir
Vice-Presidente

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Kleber Fernandes
Vereador Kleber Fernandes
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Ana Paula
Vereadora Ana Paula
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Preto Aquino
Vereador Preto Aquino
Membro

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Sueldo Medeiros
Vereador Sueldo Medeiros
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

CMN - Projeto de Lei
Número: 110/2019
Folha: 25

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 43 PRO

cl emendas
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Designo o Vereador Maurício Gurgel

para emitir parecer no prazo regimental de 15 (quinze) dias.

Em, 16/04/2020





MAURÍCIO
VEREADOR **GURGEL**

CM - Int. - Projeto de Lei
Número. 110/2019
Data. 26

CM - PROCESSO
03/2023
42 PRO

Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal de Natal | Palácio Padre Miguelinho

GABINETE VEREADOR MAURÍCIO GURGEL

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei nº 110/2019

Assunto: Dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo Poder Executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do Estado do Rio Grande do Norte.

Vereador Autor: Kleber Fernandes

I – DO RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei com o objetivo de promover a transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo Poder Executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do Estado do Rio Grande do Norte.

O projeto de lei veio acompanhado da justificativa (fl. 03), Certidão de proposições semelhantes (fl. 07), Parecer pela prejudicialidade do projeto de lei pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (fls.13), Emenda Modificativa (fl. 15), Justificativa complementar (fl. 12), Novo Parecer, dessa vez favorável, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (21/22), vindos os autos conclusos à Comissão de Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização, para a prolação de parecer.

É o que importa relatar, por ora.

II – DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



MAURÍCIO
VEREADOR GURGEL

CMM Int. - Projeto de Lei
Número. 110/2019
Data. 27/07/19

CMM - PROCESSO
03/2023
PA: 43 REC

Consoante reza o artigo 63, II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal/RN, a Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização tem como dentre outras atribuições, analisar aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e quanto à sua adequação a eles.

Nesse sentido, analisando-se o presente projeto de lei, de pronto é possível verificar a inexistência de criação de despesas diretas ao Município de Natal/RN, que por ventura possam obstar a sua implementação ou que demandem maiores discussões acerca do orçamento municipal.

É que, conforme se extrai da leitura do pretense texto legal, o objetivo está centrado na obrigatoriedade do Poder Executivo Municipal de utilizar os pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo próprio Poder Executivo municipal, para financiar/custear a participação de atletas em competições e eventos esportivos fora do Estado do Rio Grande do Norte.

Logo, não se vê qualquer criação de despesa, mas sim remanejamento administrativo de recursos com valor econômico já pertencentes ao Município de Natal/RN.

Ademais, se trata de projeto de lei que se restringe a autorizar o Poder Executivo a regulamentar a matéria em questão, inclusive no que lhe for conveniente, aprazível e legal, sem qualquer ônus às finanças da municipalidade.

Em face do exposto, portanto, uma vez ao não criar despesas diretas ao Poder Executivo Municipal, bem como por se mostrar constitucional e legal o presente projeto de lei, forçosa se faz a sua **APROVAÇÃO**.

III – DA CONCLUSÃO

Em face do exposto, portanto, dada a constitucionalidade, legalidade e pertinência do presente Projeto de Lei, na condição de Relator da Comissão



MAURÍCIO
VEREADOR **GURGEL**

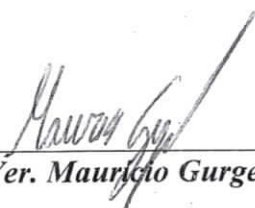
CMN - Projeto de Lei
Número. 110/2019
Folha. 28 de 44

de Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização, emito Parecer
FAVORÁVEL à sua regular tramitação.

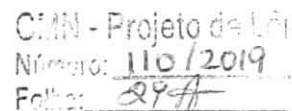
É o que importa manifestar.

Natal/RN, 26/08/2020

COORDENADORAS
Daniel


Ver. Maurício Gurgel - PV

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 44 PRC



PROCESSO
03/2023
45 FRC

Designo o(a) vereador(a) Marciano (Pang) para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.

Natal, RN 16 / 03 /2020.


() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

CMN - PROCESSO
03/2023
FOLHA 46 PRC

46 MENÇÕES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO.

DESIGNO O VEREADOR (A) ALOCO

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 09/04/2024


VER.^a JÚLIA ARRUDA
PRESIDENTE



CMN - PROCESSO
Nº 0312083
FOLHA: 47 PRO

Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal do Natal | Palácio Padre Miguelinho

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 0110/2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo Poder Executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do Estado do RN e dá outras providências.

PARECER

Verifica-se que já foram reconhecidas as admissibilidades da proposição nos aspectos legal/constitucional e financeiro/orçamentário, conforme deliberações tomadas pelas comissões perante as quais tramitou.

Logo, nos resta analisar a pertinência da matéria com a área de atuação desta comissão, o que entendemos se encontrar configurada, dada a intrínseca relação entre as atividades desportivas e educacionais.

No tocante ao mérito, o reputamos como de muita importância para o apoio a atletas locais, que constantemente encontram dificuldades para participação em competições realizadas além do território potiguar.

Desse modo, opinamos favoravelmente à aprovação da matéria, com as alterações introduzidas pelas emendas modificativa e aditiva apresentadas pelo mesmo autor.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 2021.

Júlia Arruda
Relatora

COMISSOES TECNICAS
Recebido em: 29/04/2021

10:15 h/s




ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA 48 REC

Designo o(a) vereador(a) AVOCO para, nos termos do Art.50 - e seguintes artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer à presente proposição legislativa.
Natal, RN 09/04 /2021.


Verª. Júlia Arruda
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

☒ PROJETO DE LEI ☐ RESOLUÇÃO ☐ DECRETO LEGISLATIVO
☐ EMENDA À L.O.M. ☐ VETO ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
☐ EMENDA

Nº 110/2019.

Autor: Vereador(a) Kleber Fernandes

Chefe do Executivo ()

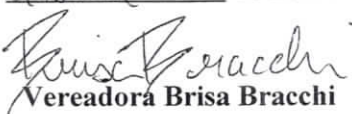
Relator: Vereador(a) Jeilão.

VOTO DO RELATOR: Favorável ao Projeto

Sala das Comissões, em 29 de abril de 2021.


Vereadora Júlia Arruda
Presidente

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção


Vereadora Brisa Bracchi
Vice-Presidente

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Bispo Francisco
Membro

☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Hermes Câmara
Membro

☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção


Vereador Roberio Paulino
Membro


☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

CMN - PROCESSO
Nº 0312033
FOLHA: 49 AC

4 EMENDAS
COMISSÃO DE DESPORTO E QUALIDADE DE VIDA

DESIGNO O VEREADOR (A) HERMES COMAND

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 03/05/22


VER. LUCIANO NASCIMENTO
PRESIDENTE

COMISSÃO DE DESPORTO E QUALIDADE DE VIDA

Objeto: Projeto de lei nº. 110/2019

Interessado: Vereador Kleber Fernandes

Assunto: Dispõe sobre a obrigatoriedade de Transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN.

Relator: Vereador Hermes Câmara

CMN - PROCESSO

Nº 03/2023

FOLHA: 50 PRO

RELATÓRIO

Trata a matéria de Projeto de Lei nº. 110/2019, apresentado pelo Vereador Kleber Fernandes, o qual dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN.

O projeto de lei veio acompanhado de sua justificativa (fl.03), o qual após receber emenda modificativa pelo seu autor, restou reconhecida a admissibilidade para seu devido prosseguimento nas comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ato Contínuo, baixou com vistas à Comissão de Desporto e Qualidade de Vida, sendo designada a este vereador a relatoria da matéria.

É o que importa relatar.

PARECER

Preliminarmente, é de bom alvitre esclarecer que a presente análise se atém exclusivamente aos limites da área da atividade desta Comissão, em atendimento às normas aplicáveis à espécie, conforme preconiza o regimento interno desta casa legislativa.

Ao analisar o mérito do projeto em tela, é preciso destacar o importante papel que o esporte agrega na sociedade pois é garantido formalmente aos cidadãos brasileiros quando a Constituição prevê responsabilização do Estado no atendimento a esse direito. Dessa forma, investimentos públicos devem ser realizados para que as

COMISSÕES TÉCNICAS

Recebido em, 13/05/2021

①

práticas esportivas sejam fomentadas e atendam àqueles que busquem performance no esporte, no caso, o atleta local.

É importante mencionar também o louvável objetivo da presente proposição, o qual proporciona apoio financeiro para nossos atletas no custeio das viagens de competições, levando com isso o nome da nossa cidade para outras regiões.

Vale ressaltar que o espetáculo esportivo também é garantido como atendimento a direitos fundamentais, se pensarmos que este se caracteriza como alternativa de lazer, ainda que na forma contemplativa e, portanto, também deve ser incentivado pelo poder público em atendimento aos interesses dos cidadãos.

Desta forma, após tramitação perante a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final; Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização; Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, entendo que a proposta normativa ora relatada encontra-se apta para apreciação e deliberação do plenário.

DISPOSITIVO

Pelo Exposto, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº. 110/2019.

Natal, 08 de maio de 2021.

Hermes Câmara
Vereador

CMN - Projeto de Lei
Número: 250 / 2019
Folha: 36 Q



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMN - 03/2023
Nº 03/2023
FOLHA 33 RC

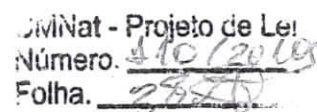
Projeto de Lei Nº 110/2019
Autor(a): Kleber Fernandes

DESPACHO

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu **fim de Trâmite**, estando apto ao plenário.

Natal, 18 de junho de 2021.


Dival da Silveira
Assessor Técnico Legislativo
Mat. 5409950



MESA DIRETORA

CERTIDÃO

CMIN - PROC
IP 03/2023
FOLHA: 54 FRC

() Projeto de Emenda à Lei Orgânica
() Processo
() Emenda
() Outro: _____

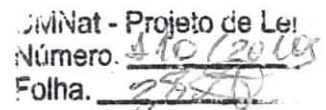
() Aprovado o Parecer da CCJ
() Rejeitado o Parecer da CCJ
() Mantido o Veto
() Rejeitado o Veto
() Retirado (X) Adiado () Prejudicado

OBS: notas na prova de L&E, 2019-20 A pedido do aluno

() Maioria Simples () Maioria Absoluta () Maioria Qualificada () Unânime

Natal, 11 de Agosto de 2021.

Presidente



CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 55 de 55

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CMNat - Projeto de Lei
Número. 110/2021
Folha. 39

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 36 RO

TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS


Procedi na data de 03 de agosto de 2021 a juntada da Emenda Modificativa de nº 60/2021 (SAPL), de autoria do Vereador Tércio Tinoco e da Emenda Aditiva nº 49/2021, de autoria do Vereador Kleber Fernandes ao Projeto de Lei nº 110/2019, que é de autoria do Vereador Kleber Fernandes, aos presentes autos.

Após, remetam-se os autos ao Setor de Comissões Técnicas para seguir nas comissões pertinentes.

E para constar, lavrei o presente termo que subscrevo.

Natal, 03 de agosto de 2021.


Virgílio Macedo Neto
Assessor Técnico Legislativo
Mat.: 5406692

COMISSÕES TÉCNICAS
Recebido em 24/08/2021




**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 5ª PRC



VEREADOR

**TÉRCIO
TINOCO**
POR EQUIDADE E INCLUSÃO

CMNat - Projeto de
Número 110/2019
Folha 405

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n.º 110/2019 - *Emenda Modificativa nº 60/2021*

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n.º 110/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN.

O art. 1º do Projeto de Lei n.º 110/2019, passará a ser redigido da seguinte forma:

Art.1º O Poder Executivo Municipal fica obrigado a criar mecanismos de transferência de pontos de programas de milhagens, adquiridos por servidores públicos municipais, por intermédio de passagens aéreas pagas com recursos do orçamento público municipal, para atletas que participarão de competições esportivas fora do estado do Rio Grande do Norte, bem como a transferência desses pontos, adquiridos com recursos próprios pelo público em geral, igualmente destinados aos atletas que participarão de competições esportivas fora do estado do Rio Grande do Norte.

Palácio Frei Miguelinho, _____ de _____ de 2021.


Tércio Tinoco
Vereador de Natal

COMISSÕES TÉCNICAS
Recebido em 24/08/2021



CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL

CMN - PROCESSO
Nº 0312023
FOLHA: 57 PRO



CMNat - Projeto de Lei
Número: 110/2019
Folha: 40-V

JUSTIFICATIVA

A Emenda proposta vem adequar o Projeto de Lei nº 110/2019 para que o mesmo possa abranger a transferência de pontos de programas de milhagens do público em geral para que esses pontos sejam utilizados na compra de passagens aéreas por atletas que desejam viajar para representar sua cidade, estado ou país e que não dispõem de condições financeiras de arcar com esses custos.

Palácio Frei Miguelinho, _____ de _____ de 2021.

Tércio Tinoco
Vereador de Natal



CÂM - PROCESSO
1. 031/2023
FOLHA 58 ARC

Câmara - Projeto de Lei
Número 110/2019
Folha 41 de 42

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
GABINETE DO VEREADOR ROBSON CARVALHO**

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 110/2019 - *Emenda Aditiva nº 1*

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 110/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN.

Art. 1º – Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 110/2019 o seguinte artigo 4-A, renumerando-se os demais:

Art. 4-A – O benefício concedido por esta Lei também se aplica aos treinadores, que deverão obedecer a todos os critérios estabelecidos pela norma de regulamentação da presente Lei.

Câmara Municipal de Natal

Sala das Sessões

Natal, 23 de agosto de 2021.

ROBSON CARVALHO

Vereador

COMISSÕES TÉCNICAS
Recebido em 24/08/2021

Tratam-se de 2 emendas apresentadas pelos vereadores
Tércio Linco e Robson Carvalho; uma modificativa ao art.
1º e a outra aditiva (art. 4º A).

Analisando as emendas, observei que elas não alteram
o objeto da lei, sendo igualmente válidos os argumentos já
apresentados no parecer de PLS 21/22.

Assim, concluo pela admissibilidade de ambas as emendas,
com voto favorável a sua tramitação.

Natal, 6 de dezembro de 2021.


Ana Paula - PL

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 03/2023
FOLHA: 59 REC

C/ EMENDA
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E
FISCALIZAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) Nivaldo

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 28/02/2022


**VER. RANIERE BARBOSA
PRESIDENTE**



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

TRABALHANDO PELO BEM DA NOSSA CIDADE

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 110/2019
Folhas: 44

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Nivaldo Bacurau

C
Nº 03/2023
FOLH 60 REC

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.

Referência: Projeto de Lei 110/2019

Autor: Vereador Kleber Fernandes

Assunto: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do Estado do RN e revoga a Lei 6.061/2010."

PARECER

COMISSÕES TÉCNICAS
RECEBIDO
Em, 03/05/2023

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Excelentíssimo Vereador Kleber Fernandes, através do qual se objetiva a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do Estado do RN.

O referido projeto teve duas necessárias emendas do Vereador Kleber Fernandes, sendo a emenda modificativa nº 61/2019, e a emenda aditiva nº 38/2019, com a adição do artigo 7º revogando a Lei Ordinária nº 6.061/2010, a qual versava sobre a mesma matéria.

A justificativa para a relevância do referido Projeto de Lei consiste na justa valorização do esporte, ofertando aos atletas de baixa renda a possibilidade de viajar em representação da nossa cidade. Tal medida fomentará a prática esportiva e utilizará as milhas decorrentes da compra de viagens custeadas pelo poder público



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

TRABALHANDO PELO BEM DA NOSSA CIDADE

CMN - PROJETO DE LEI

Número: 110/2019

Folhas: 45

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Nivaldo Bacurau

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 03/2023
FOLHA 61 PRO

aos seus servidores em proveito de uma causa nobilíssima, que modifica realidades de vida, como é o caso do esporte.

De acordo com artigo 63, I, do Regimento Interno desta Egrégia Casa Legislativa, cabe a esta comissão emitir posicionamento acerca dos aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e quanto à sua adequação a eles.

Adentrando nos aspectos do projeto de lei em comento, não identifico qualquer vício que ponha óbice a sua aprovação.

Assim, considerando as explanações, dou PARECER FAVORÁVEL ao presente Projeto de Lei.

Natal/RN, 23 de fevereiro de 2022.

Atenciosamente,

NIVALDO VARELA BACURAU

Nivaldo Varela Bacurau
Vereador
(84) 98801-4512

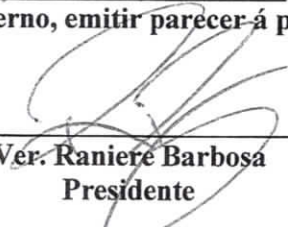


ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 03/2023
FOLHA 60 RRC

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Nivaldo Bacurau para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer à presente proposição legislativa.
Natal, RN 23/02/2022.


Ver. Ranieri Barbosa
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- () PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
(X) EMENDA

Nº 330/2019.

Autor: Vereador(a) Keber Fernandes.

() Chefe do Executivo

Relator: Vereador(a) Nivaldo Bacurau.

VOTO DO RELATOR: Favorável

Sala das Comissões, em 04 de maio de 2022.

Vereador Ranieri Barbosa
Presidente

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Nivaldo Bacurau
Vice-Presidente

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Robson Carvalho
Membro

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Anderson Lopes
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Robério Paulino
Membro

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 63 PRC

Clomanda

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) *Briza*

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, *11/05/22*



VER^a. BRISA BRACCHI
PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 110/2019
Relatora: Brisa Bracchi

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 64 PRC

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 130/2019
Folhas: 486

PARECER

Parecer da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação sobre o Projeto de Lei nº 110/2019, de autoria do Vereador Kleber Fernandes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN. Voto favorável.

I - DO RELATÓRIO

Versam os autos sobre o Projeto de Lei nº 110/2019, de autoria do Vereador Kleber Fernandes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transferência de pontos de programas de milhagens aéreas dos servidores públicos municipais, adquiridos através de passagens pagas pelo poder executivo municipal para atletas que participarão de competições e eventos esportivos fora do estado do RN.

Através de Certidão acostada ao processo, o Setor Legislativo informou a identificação de Lei de igual teor, no entanto, o projeto recebeu emendas a fim de revogar a Lei n.º 6.061/2010.

Após o trâmite nas comissões, o projeto recebeu novas emendas, de autoria do Vereador Tércio Tinôco.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final opinou favoravelmente à constitucionalidade do projeto, com as emendas encartadas, seguindo às demais comissões para análise e emissão de parecer.

Chega a esta Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, com relatoria da Vereadora Brisa Bracchi, para emitir parecer sobre o projeto.

Eis o que importa relatar.

Gabinete da Vereadora Brisa Bracchi - PT
Câmara Municipal de Natal - Rua Jundiá, 546, Tirol, Natal/RN
E-mail: brisabracchi13@gmail.com // vereadorabrisa@cmnat.rn.gov.br
Brizap: (84) 9 9854-0720 // Redes Sociais: @brisabracchi13

COMISSÕES TÉCNICAS
RECEBIDO
Em, 27/06/2023

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 65 PRO

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 110/2019
Folhas: 45

O projeto apresentado visa criar mecanismos de transferência de pontos de programas de milhagens adquiridos por servidores públicos municipais através de passagens aéreas pagas com recursos do orçamento público municipal para atletas e treinadores que participarão de competições esportivas fora do estado do Rio Grande do Norte

A presente proposição encontra-se cabível, legítima e constitucional, conforme já explicitado no parecer analisado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Sobre a competência desta Casa Legislativa para propor tal matéria, a Constituição Federal, em seu art. 30, afirma que os Municípios são competentes para legislar sobre assuntos de interesse local, além de poder suplementar legislação federal ou estadual.

Por tratar de tema tão relevante e necessário para o Município do Natal, entendemos que a presente proposição é de extrema importância para a sociedade, devendo ser aprovada pelos pares.

III - DO VOTO

Diante do exposto, esta Relatora opina **FAVORAVELMENTE** ao prosseguimento do Projeto de Lei nº 110/2019, de autoria do Vereador Kleber Fernandes, com as emendas encartadas.

É como voto.

Natal, 22 de junho de 2022.



Brisa Bracchi
Vereadora PT



Câmara Municipal de Natal

Projeto de Lei: Nº 110/2019 A casa do povo. A sua casa.

INTERESSADO: Kleber Fernandes

DESPACHO

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu **Fim Trâmite**, apto ao Plenário.

Natal, 10 de Agosto de 2022.

Fabiana Benicio
Fabiana Benicio

Assessor técnico Legislativo

Mat.5418887



CMN - PROJETO DE LEI
Nº 110/2019
FOLHA: 524

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 68 RC

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 110/2019
- ☐ Projeto de Lei Complementar
- ☐ Projeto de Resolução
- ☐ Projeto de Decreto Legislativo
- ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
- ☐ Processo
- ☐ Emenda
- ☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☐ Aprovado em 1ª Discussão
- ☐ Aprovado em 2ª Discussão
- ☐ Aprovado em Votação Única
- ☐ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício
- ☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
- ☐ Mantido o Veto
- ☐ Rejeitado o Veto
- ☒ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

☐ Aprovado o Parecer da CCJ

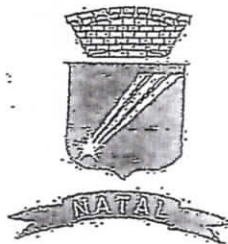
OBS:

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☐ Unânime

Natal, 13 de Dezembro de 2022.

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 100/2019
FOLHA 634

03/2023
68 PRO

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 110/2019
☐ Projeto de Lei Complementar
☐ Projeto de Resolução
☐ Projeto de Decreto Legislativo

- ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Processo
☐ Emenda
☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☒ Aprovado em 1ª Discussão
☐ Aprovado em 2ª Discussão
☐ Aprovado em Votação Única
☐ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício

- ☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☐ Mantido o Veto
☐ Rejeitado o Veto
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

☐ Aprovado o Parecer da CCJ

OBS:

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 19 de Dezembro de 2022.

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

MESA DIRETORA

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 110/19
FOLHA: 64/71

CMN - PROCESSO
Nº 03/2023
FOLHA: 70 PR

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei 110/19 | <input type="checkbox"/> Projeto de Emenda à Lei Orgânica |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Lei Complementar | <input type="checkbox"/> Processo |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução | <input type="checkbox"/> Emenda |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Decreto Legislativo | <input type="checkbox"/> Outro: _____ |

Resultado da Votação:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Aprovado em 1ª Discussão | <input type="checkbox"/> Aprovado o Parecer da CCJ |
| <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado em 2ª Discussão | <input type="checkbox"/> Rejeitado o Parecer da CCJ |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em Votação Única | <input type="checkbox"/> Mantido o Veto |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício | <input type="checkbox"/> Rejeitado o Veto |
| | <input type="checkbox"/> Retirado <input type="checkbox"/> Adiado <input type="checkbox"/> Prejudicado |

OBS:

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☐ Unânime

Natal, 10 de Dezembro de 2022.


Presidente